

21/SGMTSSS/POAPMC/2023

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE MANUTENÇÃO
ADAPTATIVA, PERFETIVA, PREVENTIVA E EVOLUTIVA DO SISTEMA DE
INFORMAÇÃO DE SUPORTE À PRIVAÇÃO MATERIAL (SI FEAC) NO ÂMBITO DE
PROJETOS FINANCIADOS PELO POAPMC**

**CONCURSO PÚBLICO
PUBLICAÇÃO NO JOUE**

CADERNO DE ENCARGOS

Índice

CLÁUSULAS JURÍDICAS	4
Cláusula 1. ^a	4
Objeto do contrato	4
Cláusula 2. ^a	4
Contrato	4
Cláusula 3. ^a	5
Preço base	5
Cláusula 4. ^a	6
Preço contratual	6
Cláusula 5. ^a	6
Condições e prazos de pagamento	6
Cláusula 6.^a	7
Caução	7
Cláusula 7. ^a	7
Prazo de vigência do contrato	7
Cláusula 8. ^a	7
Gestor do Contrato	7
Cláusula 9. ^a	8
Obrigação de sigilo	8
Cláusula 10. ^o	9
Prazo da obrigação de Sigilo	9
Cláusula 11.^a	9
Cessão da posição contratual	9
Cláusula 12.^a	9
Acompanhamento da execução do contrato	9
Cláusula 13.^a	10
Modo e local de Execução dos Serviços	10
Cláusula 14. ^a	11
Obrigações das partes	11
Cláusula 15. ^a	12
Comunicações e notificações	12
Cláusula 16.^a	12
Mora do Adjudicatário	12
Cláusula 17.^a	13
Cláusula 18.^a	14
Resolução contratual	14
Cláusula 19.^a	15

Efeitos da resolução	15
Cláusula 20.^a	15
Força maior	15
Cláusula 21.^a	16
Despesas	16
Cláusula 22.^a	16
Alterações ao contrato	16
Cláusula 23.^a	17
Proteção de dados pessoais	17
Cláusula 24.^a	18
Cláusula arbitral e foro competente	18
Cláusula 25.^a	19
Legislação aplicável	19
PARTE II	19
CLÁUSULAS TÉCNICAS	19
Cláusula 26.^a	19
Descrição técnica da solução e do contrato	19
Cláusula 27.^a	22
Requisitos mínimos da prestação de serviço	22
Cláusula 28.^o	24
Defeitos e Anomalias	24
Cláusula 29.^a	24
Aceitação de Resultados	24
Cláusula 30.^a	24
Documentação	24
Cláusula 31.^o	25
Interoperabilidade	25

PARTE I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.^a

Objeto do contrato

O presente contrato tem por objeto a ***Aquisição de Serviços de Assistência Técnica de Manutenção Adaptativa, Perpetiva, Preventiva e Evolutiva do Sistema de Informação (SI FEAC) de suporte à privação material***, pela concretização de atividades de apoio técnico ao Sistema de Informação, adaptação, ajustamento e complementarização das suas funcionalidades, incluindo novas funcionalidades, novos formulários e ou novas componentes dos formulários existentes, que assegurem o seu bom funcionamento e possibilitem a extensão da sua plena e eficaz utilização pela Autoridade de Gestão, organismos intermédios e beneficiários, incluindo o encerramento do PO APMC.

Cláusula 2.^a

Contrato

- 1 - A adjudicação é formalizada com a notificação da decisão de adjudicação, obrigando-se a Entidade Adjudicatária a entregar toda a documentação necessária para a celebração do contrato, dentro do prazo referido na respetiva notificação de adjudicação.
- 2 - O contrato será celebrado por escrito no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a aceitação da minuta do contrato pela Entidade Adjudicatária.
- 3 - Fazem parte do presente contrato:
 - a) Os suprimientos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pela Entidade Adjudicatária.
- 4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.

5 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3 e o clausulado no contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos pelo Primeiro Outorgante e aceites pelo Segundo Outorgante, conforme dispõe o n.º 6 do artigo 96.º e de acordo com o disposto nos artigos 99.º e 101.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 3.ª

Preço base

1. O preço base do presente procedimento é de **323.172,71€ (trezentos e vinte e três mil, cento e setenta e dois euros e setenta e um cêntimos)**, ao qual será acrescido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), à taxa legal em vigor.
2. Para cada um dos aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência, são fixados os **seguintes parâmetros base** a que as propostas estão vinculadas, para além do preço base identificado no n.º 1 determinando-se, consequentemente, a exclusão de todas aquelas cujos atributos os ultrapassem, sendo eles:
 - a) Preço hora do **Consultor Tecnológico**
 - Limite máximo por hora: **27,00€**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
 - b) Preço hora do **Consultor Analista** (estratégico)
 - Limite máximo por hora: **35,00€**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
 - c) Preço hora de **Gestor de Projeto**:
 - Limite máximo por hora: **40,00€**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
3. Para cada um dos aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência, são aqui fixados os **limites máximos** a que a proposta está vinculada, determinando-se, consequentemente, a sua exclusão cujos termos ou condições os ultrapassem:
 - Prazo de envio do relatório de atividades, para efeitos do disposto no n.º 10 da cláusula 25.ª:
Limite máximo - **5 dias úteis**
4. O preço constante na proposta deverá ser indicado em algarismos, nos termos do disposto no artigo 60.º do CCP.
5. O preço base foi definido de acordo com o tipo de serviços a executar e a experiência em anteriores procedimentos para prestações do mesmo tipo.

Cláusula 4.ª

Preço contratual

- 1 - Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar à Entidade Adjudicatária o preço constante da **proposta adjudicada**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
- 2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas, nomeadamente as despesas com deslocações, meios humanos, técnicos e equipamentos afetos à prestação dos serviços, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
- 3 - O valor do contrato resultará do valor/hora para cada tipo de técnico e número de horas previstas indicada na proposta adjudicada, a contar da data da outorga do contrato, até 31 de março de 2025.
- 4 - Atendendo à imprevisibilidade do número de horas necessárias, a entidade adjudicante só suportará as despesas das horas efetivamente prestadas pelo prazo de vigência do contrato, independentemente destas serem inferiores ao preço contratual.

Cláusula 5.ª

Condições e prazos de pagamento

- 1 - A Entidade Adjudicante é exclusivamente responsável pelo pagamento da prestação dos serviços objeto do contrato.
- 2 - As faturas só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- 3 - As faturas são liquidadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva receção e desde que verificados os pressupostos necessários para o efeito.
- 4 - Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a aceitação da fatura por parte da Autoridade de Gestão do PO APMC.
- 5 - As faturas deverão ser pagas mensalmente, em função da folha de horas, em conformidade com o relatório de atividades previsto no n.º 10 da cláusula 26.ª do caderno de encargos.
- 6 - As faturas deverão ser emitidas em nome da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social – Programa Operacional Inclusão e Emprego (PO ISE), com o NIF 600081966 e enviadas para a solução “Fatura Eletrónica na Administração Pública” (FE-AP), devendo consultar as Normas Técnicas e Funcionais disponíveis no site da eSPap - a <https://www.espap.gov.pt/spfin/FAQ/Paginas/FAQ.aspx#maintab7>, para a sua adesão.”

7 - Em caso de atraso no cumprimento das obrigações pecuniárias pela Entidade Adjudicante é aplicável o disposto nos artigos 299.º, 299-Aº e 326.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

8 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto na presente cláusula, as faturas são pagas através de transferência bancária, para o IBAN a indicar pelo cocontratante.

9 - O cocontratante não pode efetuar a transmissão de créditos ao abrigo de contratos de *factoring* ou proceder à cessão de créditos, sem autorização prévia da entidade adjudicante.

10 - Nas condições de pagamento a apresentar pela Entidade Adjudicatária não podem ser propostos quaisquer adiantamentos.

11 - Não há lugar a revisão ou a atualização do preço contratual.

Cláusula 6.ª

Caução

Uma vez que o preço contratual é inferior a 500.000,00€ não é exigível caução, conforme previsto no artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 7.ª

Prazo de vigência do contrato

1 - O contrato a celebrar vigora desde a sua outorga e cessa quando for atingida alguma das condições previstas no número seguinte, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, que tenham sido estabelecidas inequivocamente em favor do contratante.

2 – O contrato terminará quando se verificar uma das seguintes situações:

- a) **Em 31/03/2025;**
- b) **Atingir o valor adjudicado;**
- c) Celebração de Acordo de revogação entre as partes.

Cláusula 8.ª

Gestor do Contrato

1 – A execução do contrato é acompanhada permanentemente por um gestor do contrato designado pela Entidade Adjudicante, de acordo com estipulado no artigo 290-Aº do CCP, aquando da aprovação da minuta do contrato.

Cláusula 9.ª

Obrigações de sigilo

- 1 - A Entidade Adjudicatária deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, de que possa ter conhecimento ao abrigo do contrato, nos termos legalmente previstos, designadamente, a relativa à proteção de dados pessoais previstas no novo Regulamento de Proteção de dados Pessoais (Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016).
- 2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 - Exclui-se do dever de sigilo, a informação e a documentação que a Entidade Adjudicatária seja legalmente obrigada a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
- 4 - Em especial, a Entidade Adjudicatária obriga-se:
 - a) A respeitar a confidencialidade sobre todos os dados disponibilizados pela ou pelas entidades envolvidas no projeto, bem como pelas informações de carácter pessoal ou processual dos beneficiários e contribuintes da Segurança Social, não os disponibilizando a quaisquer outras entidades;
 - b) A remover e destruir, no final do projeto, todo e qualquer tipo de registo (magnético ou em papel) relacionado com os dados tratados e que a considere como de acesso privilegiado.
- 5 - De igual forma, a Entidade Adjudicatária garante que terceiros que utilize na execução dos serviços respeitam os deveres referidos.
- 6 - No âmbito das obrigações referidas no número anterior, a Entidade Adjudicatária obriga-se a entregar ao PO APMC cópias das declarações de sigilo assinadas pelos terceiros que utilize diretamente na execução do contrato, nos termos da minuta constante no programa de concurso.
- 7 - Os trabalhos e a utilização dos recursos pela Entidade Adjudicatária não se iniciarão antes da entrega das declarações de sigilo.

Cláusula 10.º**Prazo da obrigação de Sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 10 (dez) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres

legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidas às pessoas coletivas públicas.

Cláusula 11.ª**Cessão da posição contratual**

A entidade adjudicatária não pode ceder a sua posição no contrato ou subcontratar total ou parcialmente os serviços incluídos no mesmo sem autorização prévia da entidade adjudicante.

Cláusula 12.ª**Acompanhamento da execução do contrato**

- 1- Para o acompanhamento da execução do contrato será constituído um grupo permanente de monitorização, composto por dois elementos do PO APMC, cabendo a um desses elementos a coordenação do grupo, pelo Gestor do Contrato e pelo Gestor do projeto enquanto representante da Entidade Adjudicatária.
- 2- A qualquer momento podem ser efetuadas reuniões entre a equipa da entidade adjudicatária e o grupo de monitorização da execução do contrato, sem prejuízo de eventual periodicidade prevista no n.º 7 da cláusula 13.ª.
- 3- O elemento do PO APMC que venha a ser designado como coordenador do grupo de acompanhamento garante toda a interlocução com as equipas da entidade adjudicatária, podendo para tal desencadear, entre outras iniciativas, reuniões de monitorização e ações de verificação da qualidade dos serviços prestados incluindo acompanhamento concomitante.
- 4- O PO APMC pode aceder, a todo o momento, a qualquer documento considerado relevante para o acompanhamento dos trabalhos, bem como proceder à reprodução de todos os documentos que julgue necessários, salvo disposição legal em contrário.
- 5- Todos os Documentos técnicos produzidos no âmbito da prestação de serviços estão sujeitos à apreciação e aprovação da Autoridade de Gestão do PO APMC.

Cláusula 13ª

Modo e local de Execução dos Serviços

- 1- O início dos trabalhos é precedido de uma reunião de arranque na sequência da qual são precisados com maior detalhe a monitorização dos mesmos e os referenciais técnicos que devem ser seguidos.
- 2- Para efeitos da **componente 1**, a prestação de serviços tem lugar, em regra, nas instalações do PO APMC, sitas na Av. Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 86, em Lisboa ou outro local a acordar pelas partes, sendo fornecidos pela Entidade Adjudicatária todos os meios informáticos necessários à execução do contrato.
- 3- Para efeitos da **componente 2**, a prestação de serviços tem lugar, em regra, nas instalações do PO APMC, sitas a esta data na Av. Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 86, em Lisboa, ou outro a acordar pelas partes, sendo fornecidos pelo PO APMC e pela Entidade Adjudicatária, consoante necessário, os meios informáticos necessários à execução do contrato, bem como toda a documentação de suporte à prestação de serviço.
- 4- Para efeitos da **componente 3**, a prestação de serviços tem lugar, em regra, nas instalações do PO APMC, sitas a esta data na Av. Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 86, em Lisboa, ou outro a acordar pelas partes, sendo fornecidos pela Entidade Adjudicatária todos os meios informáticos necessários à execução do contrato.
- 5- O PO APMC garantirá à Entidade Adjudicatária o acesso às suas instalações e às instalações da Administração Pública envolvidas, para a realização dos trabalhos necessários ao cumprimento do presente contrato;
- 6- A prestação de serviços não cessa caso o local indicado no número anterior venha a ser alterado por força de eventual mudança das instalações do PO APMC;
- 7- Sem prejuízo do disposto no n.º 1 devem ser realizadas reuniões mensais tendo em vista o acompanhamento dos trabalhos.

Cláusula 14.ª

Obrigações das partes

- 1- A Entidade Adjudicatária obriga-se a afetar à prestação de serviços o número de colaboradores necessário à execução dos serviços e da bolsa de horas indicada na proposta adjudicada durante a totalidade do contrato.
- 2- Os técnicos devem cumprir escrupulosamente a legislação aplicável e princípios éticos como a imparcialidade e isenção, rigor técnico, responsabilidade, equidade, proporcionalidade e orientação para a prossecução do interesse público.
- 3- A Entidade Adjudicatária obriga-se a não substituir qualquer técnico identificado na proposta, salvo prévia anuência por escrito da Entidade Adjudicante.
- 4- A Entidade Adjudicatária compromete-se igualmente a reforçar a equipa caso se constate atraso no decorrer da prestação de serviços.
- 5 - A Entidade Adjudicatária não poderá ter recebido apoios nem vir a apresentar candidaturas no âmbito do PO APMC durante a execução do contrato.
- 6 – Após a indicação pela AG do POAPMC da lista de ações a verificar, a Entidade Adjudicatária fica obrigado a identificar eventuais situações de conflito de interesses dos elementos da equipa afeta à execução dos trabalhos contratados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis por forma a garantir a respetiva substituição.
- 7 - A Entidade Adjudicatária obriga-se a prestar a informação e os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Entidade Adjudicante, com a periodicidade que esta razoavelmente entender conveniente, quanto ao cumprimento das obrigações que para aquele emergirem do contrato.
- 8 - A obrigação prevista no número anterior compreende o dever de a Entidade Adjudicatária participar em reuniões com a Entidade Adjudicante, que se mostrem objetivamente necessárias em função do objeto do contrato.
- 9- A Entidade Adjudicatária obriga-se a comunicar, no prazo de 10 (dez) dias, à Entidade Adjudicante o início ou a iminência de qualquer processo judicial ou extrajudicial que possa conduzir à sua declaração de insolvência, a providência análoga à insolvência ou à sua extinção, bem como a verificação de qualquer outra circunstância que objetivamente possa perturbar a execução do contrato.
- 10 - A Entidade Adjudicante obriga-se a:
 - a) Convocar com antecedência as reuniões preparatórias;
 - b) Proceder à apreciação dos serviços realizados nos prazos necessários ao cumprimento dos serviços contratados;

c) Colaborar com a Entidade Adjudicatária sempre que tal se mostre necessário.

11 - A Entidade Adjudicante/PO APMC e a Entidade Adjudicatária obrigam-se a comunicar entre si, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do conhecimento, a ocorrência de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de quaisquer obrigações contratuais.

Cláusula 15.ª

Comunicações e notificações

- 1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, aquelas devem ser dirigidas para o domicílio contratual de cada uma.
- 2- A Entidade Adjudicatária ou o seu representante devem informar a Entidade Adjudicante, por escrito, de qualquer mudança no respetivo domicílio contratual.
- 3- A alteração do domicílio contratual é comunicada à outra parte por carta registada com aviso de receção.
- 4- A comunicação entre as partes deve ser sempre efetuada em língua portuguesa.

Cláusula 16.ª

Mora do Adjudicatário

- 1- Há mora da Entidade Adjudicatária quanto às obrigações sujeitas a prazo, nos termos do caderno de encargos ou nos casos de o mesmo ser fixado pela Entidade Adjudicante, decorrido que seja o prazo aplicável ao respetivo cumprimento sem que a Entidade Adjudicatária cumpra a obrigação a que está adstrito.
- 2- As situações de mora e de incumprimento definitivo por parte da Entidade adjudicatária têm, respetivamente, as consequências previstas nas cláusulas 17.ª e 18.ª.
- 3- Quando as penalidades aplicadas à Entidade Adjudicatária excederem o limite previsto no n.º 6 da Cláusula 17.ª, pode a Entidade Adjudicante considerar o contrato como definitivamente incumprido, designadamente para efeitos de resolução.
- 3- Não se aplica o disposto nos n.ºs 1 e 2 quando o atraso se deva a atos imputáveis à Entidade Adjudicante.

Cláusula 17.ª

Sanções pecuniárias contratuais

1- Pelo incumprimento das obrigações previstas no presente caderno de encargos, pode ser exigida à entidade adjudicatária o pagamento de uma sanção pecuniária, num montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, que não resultem de motivos devidamente fundamentados e sujeitos a apreciação da Entidade Adjudicante, será aplicada uma penalidade diária calculada nos seguintes termos:

- a) No caso de atraso na conclusão da prestação de serviços contratada, que impossibilite a emissão da Declaração de Aceitação pela Autoridade de Gestão do PO APMC nos termos previstos na cláusula 29.ª, bem como de violação dos prazos estabelecidos da cláusula 14.ª, por razões imputáveis ao Adjudicatário:

$$P = V \times A/100$$

Em que:

P = Penalidade;

V = preço contratual;

A = dias de atraso, incluindo sábados, domingos e feriados.

- b) Pelo incumprimento superior a dois dias da obrigação prevista no n.º 6 da cláusula 13.ª, por razões imputáveis ao Adjudicatário:

$$P = V \times A/100$$

Em que:

P = Penalidade;

V = preço contratual;

A = dias de atraso.

2- As penalidades previstas no número anterior são cumulativas, assumindo a natureza de cláusula penal indemnizatória, sem prejuízo do direito a indemnização pelo dano excedente, no caso de existir, e consideram-se aplicadas por comunicação, por carta registada com aviso de receção, dirigida à Entidade Adjudicatária.

3- A Entidade Adjudicante notifica a Entidade Adjudicatária da intenção de aplicar as penalidades previstas no caderno de encargos, indicando os respetivos fundamentos e conferindo prazo não inferior a 10 (dez) dias para se pronunciar sobre essa intenção.

4- Findo o prazo previsto no número anterior ou apreciada a pronúncia da Entidade Adjudicatária, a Entidade Adjudicante decide sobre a aplicação de penalidades.

5- A decisão de aplicação de penalidades é notificada ao Adjudicatário, acompanhada dos respetivos fundamentos.

6- As penalidades são aplicadas até ao limite de 20% do preço contratual.

7- Quando as penalidades aplicadas à Entidade Adjudicatária excederem o limite previsto no número anterior, pode a Entidade Adjudicante considerar o contrato como definitivamente incumprido, designadamente para efeitos de resolução.

Cláusula 18.ª

Resolução contratual

1- A Entidade Adjudicante pode resolver o contrato nos seguintes casos:

- a) Incumprimento pela Entidade Adjudicatária das obrigações enunciadas nas cláusulas 13.ª e 14.ª do presente caderno de encargos;
- b) Se for alcançado o valor máximo de penalidades nos termos do número 6 da Cláusula 17.ª;
- c) Se a Entidade Adjudicatária incorrer em situação de insolvência, liquidação, cessação de atividade ou qualquer outra situação análoga resultante de um processo de idêntica natureza;
- d) Incumprimento pela Entidade Adjudicatária das suas obrigações relativamente a importâncias devidas à Administração Fiscal ou à Segurança Social, nos termos das disposições legais aplicáveis;
- e) Perda pela Entidade Adjudicatária do registo de marca ou da licença de comercialização;
- f) No caso de a Entidade Adjudicatária prestar falsas declarações;
- g) Se a Entidade Adjudicatária ceder a respetiva posição contratual a terceiro ou celebrar qualquer subcontrato sem autorização prévia da Entidade Adjudicante;
- h) Se ocorrer causa de força maior impeditiva de execução do contrato em tempo julgado útil pela Entidade Adjudicante, desde que o atraso provocado por tal circunstância seja superior a 30 (trinta) dias relativamente aos prazos aplicáveis.

2- Para efeitos do disposto na alínea h) do número anterior e sem prejuízo do disposto na Cláusula 14.ª, a Entidade Adjudicatária deve comunicar à Entidade Adjudicante quais as obrigações emergentes do contrato cujo cumprimento, no seu entender, se encontra impedido ou dificultado por força de tal ocorrência e as medidas que pretende pôr em prática para mitigar o impacto da referida situação e os respetivos prazos.

- 3- Nas situações previstas nas alíneas a), f) e h) do n.º 1, a Entidade Adjudicante notifica a Entidade Adjudicatária da intenção de resolver o contrato, indicando os respetivos fundamentos e conferindo prazo não inferior a 10 (dez) dias para o Adjudicatário se pronunciar.
- 4- Findo o prazo previsto no número anterior ou apreciada a pronúncia da Entidade Adjudicatária a Entidade Adjudicante decide sobre a resolução do contrato.
- 5- A decisão de resolução do contrato é notificada a Entidade Adjudicatária, acompanhada dos respetivos fundamentos, através do envio para o respetivo domicílio contratual de carta registada com aviso de receção, e produz efeitos a partir da data da sua receção.
- 6- A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização que caiba à Entidade Adjudicante nos termos gerais de direito.

Cláusula 19.ª

Efeitos da resolução

- 1- Em caso de resolução do contrato pela Entidade Adjudicante por facto imputável ao Adjudicatário, este fica obrigado ao pagamento de indemnização, nos termos gerais de direito.
- 2- O disposto no número anterior não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

Cláusula 20.ª

Força maior

- 1- Não podem ser impostas penalidades ou exigidas indemnizações quando a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2- Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3- Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;

- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário a ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4- A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 21.ª

Despesas

Correm por conta da Entidade Adjudicatária todas as despesas em que este haja de incorrer em virtude de obrigações emergentes do contrato.

Cláusula 22.ª

Alterações ao contrato

As alterações ao contrato apenas são válidas se reduzidas a escrito e se assinadas pela Entidade Adjudicante e Entidade Adjudicatária.

Cláusula 23.ª**Proteção de dados pessoais**

1. A atividade desenvolvida pelo COCONTRATANTE e respetivos colaboradores, independentemente da natureza da relação contratual que com eles possua, encontra-se sujeita ao disposto no Regulamento (UE) n.º 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), bem como na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do referido Regulamento.
2. O COCONTRATANTE assume a qualidade de subcontratante no que diz respeito ao tratamento dos dados pessoais objeto do contrato, em que o CONTRAENTE PÚBLICO assuma a qualidade de entidade responsável pelo tratamento.
3. O COCONTRATANTE obriga-se a executar o objeto do contrato de acordo com o princípio do Privacy by Design e do Privacy by Default (se aplicável), fazendo constar esta obrigação e a metodologia e processos definidos nos Relatórios técnicos dos serviços prestados, previstos no presente caderno de encargos.
4. O COCONTRATANTE obriga-se, ainda, enquanto subcontratante, ao cumprimento de todos os deveres e obrigações que impendem sobre o CONTRAENTE PÚBLICO, enquanto entidade responsável pelo tratamento de dados pessoais objeto do contrato a celebrar, comprometendo-se designadamente a:
 - a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe tenham sido transmitidos pelo Contraente Público, única e exclusivamente para efeitos da prestação de serviços objeto do contrato a celebrar.
 - b) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso, ou que lhe sejam transmitidos pelo Contraente Público, sem que, tenha sido por este, expressamente instruído por escrito.
 - c) Comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa, ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
 - d) Assegurar que os trabalhadores temporários e os seus colaboradores (incluindo representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido com o cocontratante e o referido colaborador) cumprem todas as obrigações previstas na presente cláusula;

- e) Assegurar a confidencialidade dos dados pessoais recolhidos, sem prejuízo do respeito para com obrigações legais, nomeadamente a entidades policiais, judiciais, fiscais e reguladoras.
 - f) Colaborar com o DPO (Data Protection Officer – Encarregado de Proteção de Dados) do CONTRAENTE PÚBLICO, facultando todas as informações e esclarecimentos que este vier a solicitar no âmbito das suas funções.
5. As partes ficam desde já autorizadas a comunicar o conteúdo do contrato a celebrar, bem como os elementos com eles relacionados, à Comissão Nacional de Proteção de Dados.
6. Uma vez atingida a finalidade prevista do número anterior, incluindo monitorização do contrato a celebrar e auditorias decorrentes do procedimento, os dados pessoais serão eliminados, no respeito pelo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.
7. O encarregado da proteção dos dados é o Mestre Filipe Manuel Lourenço Pereira, Diretor de Serviços de Contratação, Aprovisionamento e Património da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, com o email: sgencarregadoproteccaodados@sg.mtsss.pt , para o qual deverão ser remetidas quaisquer questões, sem prejuízo do direito de as apresentar também à entidade reguladora, a Comissão Nacional de Proteção de Dados.
8. O incumprimento de algum dos deveres constantes na presente cláusula, bem como a verificação da inexistência de garantias de compliance, constitui fundamento de resolução do contrato por incumprimento, sem prejuízo do dever de indemnização ao responsável pelo tratamento a que possa haver lugar, por danos sofridos ou eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 24.ª

Cláusula arbitral e foro competente

- 1- Qualquer litígio ou diferendo entre as partes relativamente à interpretação, validade e execução do contrato de valor igual ou inferior a € 3.740.948,23 (três milhões, setecentos e quarenta mil, novecentos e quarenta e oito euros e vinte e três cêntimos), será submetido à jurisdição do Centro de Arbitragem Administrativa, nos termos do disposto na Portaria n.º 219/2014, de 21 de outubro.
- 2- O Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa será competente para apreciar qualquer litígio ou diferendo entre as partes relativamente à interpretação, validade e execução do contrato cujo valor seja superior a € 3.740.948,23.

Cláusula 25.ª

Legislação aplicável

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes na legislação portuguesa.

PARTE II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 26.ª

Descrição técnica da solução e do contrato

- 1- A prestação de serviços inclui um volume de **10.855,60 (dez mil oitocentas e cinquenta e cinco, sessenta) horas** de assistência ao longo da vigência do contrato, distribuído pela equipa técnica;
- 2- A utilização dessas horas obedecerá a critérios de necessidade e urgência definidos pelo PO APMC;
- 3- Na sequência dos pedidos formulados pelo PO APMC, a entidade adjudicatária apresenta, no prazo máximo de 3 (três) dias, a proposta com as horas necessárias, e o prazo de conclusão;
- 4- A prestação de serviços tem por objeto a aquisição de serviços para as seguintes componentes:
 - a) Serviços de assistência técnica, suporte aplicacional e manutenção adaptativa, perfeitiva, preventiva e evolutiva do Sistema de Informação (componente 1);
 - b) Serviços de analista (componente 2);
 - c) Serviços de Gestão de Projeto (componente 3).
- 5- Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior (componente 1), são obrigações da Entidade Adjudicatária a prestação de serviços de *suporte* aplicacional e manutenção adaptativa, perfeitiva, preventiva e evolutiva do Sistema de Informação à solução SI FEAC:
 - a) Implementação dos pedidos solicitados pelo PO APMC;
 - b) Eventual articulação técnica com as equipas técnica das infraestruturas para questões relacionadas com as exigências do novo balcão dos fundos;
 - c) Articulação com o analista designado pelo PO APMC, nomeadamente da priorização das atividades que lhe foram assignadas e reporte da execução destes pedidos.

- 6- Para efeitos do disposto no número anterior, os serviços devem incidir, designadamente, nas seguintes operações no domínio da privação material:
- a) Avisos, candidaturas, Pedidos de alteração e respetivos circuitos;
 - b) Execução Física e Financeira e respetivos circuitos;
 - c) Pagamentos;
 - d) Monitorização;
 - e) Certificação;
 - f) Pedidos de Pagamento;
 - g) Auditoria;
- 7- Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, os serviços relativos à componente 1 devem respeitar os seguintes procedimentos:
- a) Os pedidos efetuados pelo PO APC devem seguir o fluxo existente, devendo ser submetidos através dos mecanismos definidos e analisados pela entidade adjudicante;
 - b) Após a respetiva análise e ponderação conjunta entre a AG e o PO APMC, os pedidos devem ser encaminhados para implementação.
- 8- Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 da presente cláusula (componente 2), são obrigações da Entidade Adjudicatária a prestação de serviços de analista à solução SI FEAC na ótica do PO APMC, designadamente:
- a) Apoio na análise e definição de requisitos para evolução da solução SI FEAC de acordo com as necessidades da Autoridade de Gestão;
 - b) Apoio na identificação de erros, pré-análise dos mesmos e criação dos pedidos nos sistemas definidos;
 - c) Apoio na articulação dos pedidos pendentes e gestão de prioridades dos mesmos junto da AG do PO APMC;
 - d) Eventual apoio relacionado com as equipas da infraestrutura, onde o sistema de informação se encontra alojado;

e) Preparação de pontos de situação do estado dos pedidos abertos nos sistemas definidos.

9- Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 da presente cláusula (componente 3), são obrigações da Entidade Adjudicatária a prestação de Serviços de Gestão de Projeto à solução SI FEAC na ótica do PO APMC, designadamente:

- a) Aprovar e gerir o cronograma geral do projeto, verificando se tem todos os recursos disponíveis para concluir o projeto com qualidade no prazo previsto;
- b) Prever e gerir os principais problemas e conflitos;
- c) Gerir o âmbito do projeto, garantindo junto da entidade adjudicante que este está a ser realizado e será entregue da forma que foi aprovado;
- d) Divulgar de forma transparente todas as informações do projeto que sejam requeridas pela entidade adjudicante;
- e) Prever e gerir os principais riscos do projeto;
- f) Desenvolver e implementar métricas para o acompanhamento e avaliação da execução do projeto;
- g) Assegurar a qualidade e a excelência na hora da entrega do projeto.

10- Até ao 5.º dia de cada mês (ou dia útil imediatamente seguinte), deve ser enviado ao PO APMC um relatório de atividades com os seguintes elementos relativos às duas componentes identificadas nos números anteriores:

- a) Período a que se refere o Relatório de atividades;
- b) Perfil do consultor;
- c) Nome do consultor;
- d) Descrição do pedido;
- e) Atividade desenvolvida;
- f) Descrição da tarefa específica;
- g) Identificação das horas consumidas por tarefa;
- h) Indicação das Horas totais consumidas com gestão de conta corrente;
- i) Data do relatório.

- 11- Os serviços descritos na presente cláusula, devem ser prestados nos dias úteis no âmbito do período de funcionamento, das 09.00H às 18:00H, até a um número máximo de 10.855, 60 (dez mil oitocentas e cinquenta e cinco, sessenta) horas na totalidade da prestação de serviço.
- 12- As relações de trabalho que se estabeleçam entre os técnicos afetos à prestação de serviços e a Entidade Adjudicatária são reguladas pelo Código de Trabalho, ou outra legalmente aplicável (prestação de serviços).
- 13- Os serviços indicados na presente cláusula não incluem quaisquer prestações de desenvolvimento, sendo as **10.267,60 horas máximas** previstas, distribuídas pelos perfis indicados na cláusula seguinte, às quais corresponde a estimativa indicada no quadro infra:

Perfil	N.º Horas
Consultor Tecnológico	5.647,18
Consultor analista	2.823,59
Gestor de Projeto	1.796,83

Cláusula 27.ª

Requisitos mínimos da prestação de serviço

- 1 - Para efeitos do disposto na cláusula anterior, a Entidade Adjudicatária obriga-se, ainda, a cumprir os seguintes requisitos mínimos na experiência da equipa técnica:
- a) Para efeitos da componente 1, afetar **um recurso com perfil de Consultor Tecnológico**, com experiência profissional comprovada mínima de **um ano** em projetos de desenvolvimento e/ou manutenção de sistemas de informação em ambiente Microsoft, utilizando MVC . Net, ASP .Net e SQL Server como Base de Dados, e conhecimento na implementação de sistemas relacionados com a atividade dos fundos comunitários em Portugal através da participação em dois projetos na área dos fundos comunitários;
 - b) Para efeitos da componente 2, afetar **um recurso com perfil de Consultor Analista**, com experiência profissional mínima de **dois anos** em análise, desenho e implementação de arquiteturas aplicacionais, em projetos de desenvolvimento e/ou manutenção de sistemas de informação em ambiente Microsoft, utilizando MVC . Net, ASP .Net e SQL Server como Base de Dados, e conhecimento dos processos de suporte à atividade dos fundos comunitários em Portugal através da participação em pelo menos três projetos;

- c) Para efeitos da componente 3, afetar **um recurso com perfil de Gestor de projeto** com experiência profissional mínima de **três anos**, seguidos ou interpolados, na gestão de projetos de desenvolvimento e/ou manutenção de sistemas de informação em pelo menos três projetos de organismos públicos em Portugal.
- 2 – A Entidade Adjudicatária obriga-se, ainda, a cumprir os seguintes requisitos mínimos na experiência curricular dos candidatos por perfil onde deverá ser explicitado a experiência comprovada na conceção, desenvolvimento e manutenção aplicacional de pelo menos **dois** sistemas de informação destinado à gestão e controlo dos fundos comunitários em Portugal, no âmbito do suporte à atividade dos fundos comunitários, com especial relevância à componente do Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas Mais Carenciadas e/ou Fundo Social Europeu, nos três anos anteriores à publicação do anúncio do procedimento respeitante ao presente concurso.
- 3 - Qualquer alteração da equipa inicialmente afetos à prestação de serviço deverá ser comunicada com uma antecedência mínima de 30 dias, estando condicionada à anuência expressa da entidade adjudicante em função do cumprimento dos requisitos mínimos previstos na presente cláusula, salvo quando solicitada pela Autoridade de Gestão do PO APMC.
- 4 - A Entidade Adjudicatária obriga-se a comunicar, no prazo de 10 (dez) dias, à Entidade Adjudicante o início ou a iminência de qualquer processo judicial ou extrajudicial que possa conduzir à sua declaração de insolvência, a providência análoga à insolvência ou à sua extinção, bem como a verificação de qualquer outra circunstância que objetivamente possa perturbar a execução do contrato.
- 5 - A Entidade Adjudicante e a Entidade Adjudicatária obrigam-se a comunicar entre si, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do conhecimento, a ocorrência de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de quaisquer obrigações contratuais.
- 6 - Em tudo o que o Caderno de Encargos e os elementos que dele fazem parte integrante não regularem, a Entidade Adjudicatária, na execução dos trabalhos contratados, sujeitar-se-á aos procedimentos internos definidos pelo PO APMC, orientações do PO APMC, legislação, regulamentação e normalização portuguesa e comunitária em vigor.
- 7 - A título acessório, a Entidade Adjudicatária fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer, à sua responsabilidade, a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

8 - A entidade adjudicatária não pode utilizar os serviços de aposentados, reformados, reservistas fora de efetividade, ou equiparados, na execução desta prestação de serviços.

9 - A entidade adjudicatária obriga-se ao cumprimento do disposto no nº1 do artigo 419º-A, conjugado com o nº 13 do artigo 42º, ambos do CCP.

Cláusula 28.ª

Defeitos e Anomalias

1 – A Entidade Adjudicatária obriga-se a eliminar os defeitos que se consubstanciem na falta de conformidade com as obrigações constantes da proposta e com as especificações contidas nas cláusulas técnicas, bem como na falta de funcionamento regular no ambiente onde operar, sem qualquer encargo para o adjudicante/PO APMC.

2 - A eliminação dos defeitos terá lugar no local designado pelo PO APMC.

3 - Ao comunicar a anomalia ou defeito, o PO APMC definirá a prioridade da intervenção nos seguintes termos:

Gravidade 1:

Impacto crítico: sistema de produção inoperacional;

Impacto significativo: funcionalidades importantes estão indisponíveis sem uma solução alternativa razoável;

Gravidade 2: restantes situações.

4 - A Entidade Adjudicatária iniciará a intervenção no prazo de 2 (duas) horas a contar da comunicação dos defeitos no caso de GRAVIDADE 1, e no dia útil seguinte nas restantes situações.

Cláusula 29.ª

Aceitação de Resultados

No caso de verificação da conformidade da prestação de serviços, no final do prazo de vigência contratual, deve ser emitida uma Declaração de Aceitação pela Autoridade de Gestão do PO APMC.

Cláusula 30.ª

Documentação

1 – A Entidade Adjudicatária elaborará/atualizará, em suporte eletrónico, a documentação técnica relativa aos trabalhos realizados com base nos padrões do PO APMC.

- 2 - As alterações e atualizações que se verificarem na documentação deverão ser imediatamente comunicadas e disponibilizadas ao PO APMC.
- 3 - A documentação a fornecer será escrita em português, salvo exceções aprovadas, por escrito, pelo PO APMC.

Cláusula 31.ª

Interoperabilidade

O PO APMC garante a utilização da plataforma de interoperabilidade da Administração Pública.